A leitura na vida contemporânea*

Lucília Garcez

Palavras-chave: formação de leitores; procedimentos de leitura; educação; ensino.

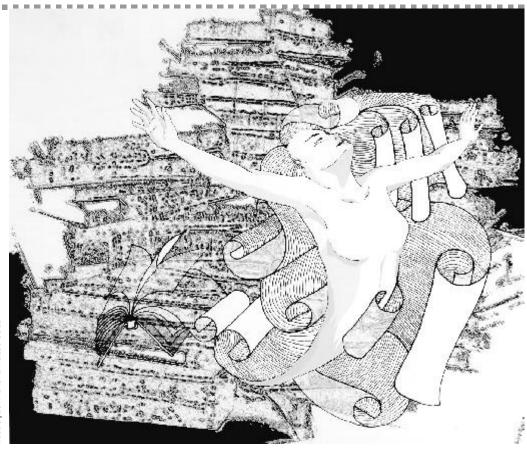


Ilustração: Adriana Kazue Sada

Os debates atuais a respeito da leitura estimulam e exigem uma reflexão mais profunda, com base em tudo que já se sabe sobre o processo de ler e compreender. Os programas de democratização da leitura, oficiais ou não, devem intensificar qualitativamente sua atuação, para fazer frente aos apelos imediatos de um mundo cada vez

mais seduzido pela imagem, pela comunicação rápida, e, ao mesmo tempo, devem ampliar quantitativamente os esforços para incluir parcelas cada vez maiores da população. Nesse percurso, muitas vezes descontínuo e cheio de obstáculos, qualquer iniciativa em direção ao estímulo à leitura deve envolver diversos agentes e

^{*} Palestra realizada no Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 27 de julho de 1999, no âmbito do Programa Conheça a Educação, em comemoração ao Dia do Escritor (25 de julho).

diferentes segmentos sociais: famílias, escolas, professores, bibliotecários, especialistas, pesquisadores, editores, autores, meios de comunicação, instituições governamentais e nãogovernamentais. Se queremos socializar o direito à leitura, não apenas como correspondência entre sons e letras, mas como forma real de conhecimento. interpretação e compreensão do mundo e do ser humano, é imprescindível uma articulação contínua, intensa e harmoniosa entre esses atores.

Nem sempre a leitura de narrativas apresentou as características e as funções que tem para o homem contemporâneo. Mitos, lendas, narrativas folclóricas, contos orais populares procuraram em sua essência dar uma interpretação do mundo, mas sua utilização, a maneira como foram mantidos e transmitidos assumiu diversas configurações. O historiador Robert Darnton, a partir de informações do lingüista e etnolólogo A. L. Becker, revela que nos ritos mortuários de Bali a leitura de narrativas tem um papel mítico, sagrado, essencial:

Quando os balineses preparam um cadáver para ser enterrado, lêem histórias uns para os outros, histórias comuns, de coleções de seu contos mais familiares. Lêem sem parar, vinte e quatro horas por dia, durante dois ou três dias sem parar, não porque precisem de distração, mas

por causa do perigo do demônio. Os demônios apoderam-se das almas durante o período vulnerável imediatamente após a morte, mas as histórias os mantêm afastados. Como as caixas chinesas ou as sebes labirínticas dos jardins ingleses, as histórias contêm contos dentro de contos, de maneira que se entra por um e vai-se dar em outro, passando de uma trama para a outra cada vez que se vira uma esquina até, afinal, alcançar o núcleo do espaço narrativo que corresponde ao espaço ocupado pelo cadáver dentro do pátio interno da casa. Os demônios não consequem entrar nesse espaço, porque não sabem dobrar as esquinas. Batem as cabeças inutilmente contra o labirinto narrativo que os leitores construíram e, assim, a leitura fornece uma espécie de fortificação, de defesa. Cria uma muralha de palavras (...) que pela imbricação da narrativa e a cacofonia do som, protege as almas (Darnton, 1986).

Aqui a narrativa é salvação, como foi salvação também para Sherazade, que escapa da morte pelo poder sedutor e encantatório dos contos das *Mil e uma noites*.

De cultura para cultura, de época para época, tanto a função da leitura como a maneira de ler vai se transformando. Na história da humanidade, desde muito antes da invenção da imprensa, desde a antiguidade clássica, os textos literários, passados oralmente de geração a geração ou escritos a mão, serviram a diversos fins e foram utilizados de diversas maneiras. Sobreviveram a incríveis ameaças de apagamento e destruição e por muitas vezes tiveram que ser protegidos incansavelmente, mesmo quando já impressos.

Em nossa cultura racional e objetiva lemos para aprender, para nos informarmos, para saber de onde viemos, para saber quem somos, para escapar da solidão, para conhecer melhor os outros, para saber para onde vamos, para conservar a memória do passado, para esclarecer nosso presente, para aproveitar as experiências anteriores, para não repetir os erros dos nossos ancestrais, para ganhar tempo, para nos evadirmos, para buscar um sentido para a vida, para compreender os fundamentos da nossa civilização, para alimentar nossa curiosidade, para nos distrairmos. para vivenciar emoções alheias ao nosso cotidiano, para nos cultivarmos, para exercer nosso espírito crítico, para usufruir um prazer estético com a linguagem. Enfim, para participarmos de uma corrente de

construção e circulação de sentidos e interpretações do mundo pela palavra que atravessa os milênios.

Mas cerca de 30% da nossa população não têm sequer os instrumentos mínimos para usufruir desse direito – são analfabetos absolutos ou funcionais.

Qualquer que seja a maneira de ler ou o objetivo explícito da leitura, pode-se vislumbrar um vestígio daquela espécie protetora de muralha balinesa de palavras. Muralha de resistência a todas as contingências massacrantes da condição humana: sociais, profissionais, psicológicas, afetivas, ideológicas, culturais. Proteção que nos salva de tudo, até de nós mesmos, pois nos liberta, nos permite a transcendência, a superação das limitações históricas, a descoberta do outro e de nós mesmos, a organização do caos interior. Proteção que delimita um espaço de reflexão e de emancipação do espírito por meio da interpretação simbólica. A leitura é, assim, o espaço de liberdade por excelência, pois lida com o pensamento e o imaginário, que são, por natureza, sem fronteiras, sem limites, e proporciona uma forma de felicidade. A leitura é também um espaço de liberdade, porque o leitor lê o que quer, quando quer, onde quer, no ritmo que quer.

No Brasil, inúmeras iniciativas ao longo das três últimas décadas têm procurado chamar a atenção para a importância da leitura. As grandes modificações pelas quais passou a sociedade brasileira nos últimos anos exigiram que os programas de democratização da leitura também se transformassem. Foi necessário intensificar a atuação, tornando-a mais efetiva, para fazer frente aos apelos imediatos de um mundo cada vez mais seduzido pela imagem, pela comunicação rápida, pela velocidade, e ao mesmo tempo ampliar quantitativamente os esforços para incluir parcelas cada vez maiores da população.

Nesse percurso, muitas vezes descontínuo e cheio de obstáculos, aprendemos que qualquer iniciativa em direção ao estímulo à leitura deve envolver diversos agentes e diferentes segmentos sociais: famílias, escolas, professores, bibliotecários, especialistas, pesquisadores, editores, autores, meios de comunicação, instituições governamentais e não-governamentais. Se quisermos socializar o direito à leitura, como forma de conhecimento, interpretação e compreensão do mundo e do ser

humano, é imprescindível uma articulação contínua, intensa e harmoniosa entre esses atores.

Isto porque o incentivo à leitura, já sabemos há muito tempo, depende de:

- convívio contínuo com histórias, livros e leitores, desde a primeira infância;
- valorização social da leitura pelo grupo social a que pertence;
- disponibilidade de acervo de qualidade e adequado aos interesses, horizontes de desejo e aos diferentes estágios de leitura dos usuários:
- tempo para ler, sem interrupções, previsto e assegurado no planejamento escolar:
- espaço físico agradável, confortável, estimulante e atrativo;
- ambiente de segurança psicológica e de tolerância dos educadores em relação ao percurso individual de superação de dificuldades;
 - valorização da leitura pelo grupo;
- oportunidades para expressar, registrar e compartilhar interpretações e emoções vividas nas experiências de leitura;
- acesso à orientação qualificada sobre por que ler, o que ler, como ler e quando ler.

Trataremos, então, das formas de participação dos educadores no processo de formação de leitores autoconfiantes, seguros e competentes.

Para aprofundar a reflexão relativa à natureza do ato de ler, é necessário considerar que se trata, simultaneamente, de uma experiência individual única e de uma experiência interpessoal profunda e intensa, um exercício dialógico ímpar, pois entre leitor e texto desencadeia-se um processo discursivo de decifração, interpretação, reflexão e reavaliação de conceitos absolutamente renovados a cada leitura.

Entretanto é preciso cuidado, pois a linguagem pode ser usada tanto para desvelar como para velar, tanto para mediar como para enganar. Pode ser uma linguagem desgastada e esvaziada de sentido. Por isso necessitamos do discurso alegórico, narrativo, lúdico, metafórico, que é uma forma de conhecimento que escapa à ciência e que reinaugura o sentido da linguagem pela palavra do poeta.

Faz parte da própria construção original do texto essa possibilidade ilimitada, infinita, de diálogo, esse caráter interativo



primordial de que fala Bakhtin (1981). O universo discursivo, no qual somos inseridos pela leitura e pela escrita, tem um princípio dialógico inerente a si mesmo de três ordens:

- é dialógico porque a enunciação tem uma orientação social, é orientada para o outro e é por ele determinada. Escrevo para o outro que, por sua vez, orienta e conduz o que escrevo e a maneira como escrevo;
- é dialógico porque sua compreensão depende de formulação ativa de resposta, de contrapalavras. Quando escrevo espero uma resposta, que é a participação e a inserção do outro no diálogo que proponho. Quando leio formulo respostas;
- é dialógico porque é essencialmente polifônico. Não há discurso solitário, todos os discursos, todos os enunciados são permeados por outras vozes que atravessam a leitura e a escrita. No universo discursivo não há solidão. Cada texto traz o eco e faz repercutir as várias vozes que o constituíram através da história. Um escritor é feito de todos os textos que conheceu.

Nas palavras de Bakhtin (1992):

Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em

conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro (as reações podem variar infinitamente) a começar pela minha assimilação delas (durante o andamento do processo do domínio original da fala), para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana (verbal ou outra). A palavra do outro impõe ao homem a tarefa de compreender esta palavra.

E impõe a todos os homens a tarefa de democratizar esse acesso, de levar a possibilidade de compreensão da palavra a todos os outros, pois é um direito inerente a todo ser humano participar desse circuito de circulação de idéias e de discursos.

Não se trata de uma doação pura e simples, já que direitos não são doados. Não podemos doar a nossa leitura, mas podemos compartilhar a consciência do direito de ler, porque, assim como a linguagem, os direitos são construções sociais, estabelecidos e conquistados em conjunto, no coração das lutas sociais. Como não se luta pelo que não se conhece, é necessário dar a conhecer a parcelas cada vez mais largas da sociedade as infinitas possibilidades de leitura. Essa necessidade justifica a existência de tantos movimentos em prol da leitura.

A experiência da linguagem, e a da leitura especialmente, não é solitária, é um produto construído na interação em que os participantes atuam de forma ativa. Todo o percurso de aquisição, desenvolvimento, construção da linguagem inicia-se na interação social para então se realizar, se consolidar no interior do indivíduo, ou seja, se internalizar. Não como cópia, mas como reelaboração. É assim, nesse movimento do social para o individual, pela mediação do outro, que surgem o pensamento abstrato, a memorização, a atenção voluntária, o comportamento intencional, as ações conscientemente controladas, a generalização, as associações, o planejamento, as comparações, ou seja, as funções superiores da mente, as quais nos fazem humanos, de que fala Vigotsky.

Por ser assim tão complexa, a leitura nem sempre é um procedimento fácil. Ela faz inúmeras solicitações simultâneas ao cérebro, e é necessário desenvolver, consolidar e automatizar habilidades muito sofisticadas para pertencer ao mundo dos que lêem com naturalidade e rapidez. Desde a decodificação de signos, interpretação de itens lexicais e gramaticais, agrupamento de palavras em blocos conceituais, identificação de palavras-chave, seleção e hierarquização de idéias, associação com informações anteriores, antecipação de informações, elaboração de hipóteses, construção de inferências, compreensão de pressupostos, controle de velocidade, focalização da atenção, avaliação do processo realizado, até a reorientação dos próprios procedimentos mentais para a compreensão efetiva e responsiva, há um longo e acidentado percurso.

É preciso que o educador, que tem como objetivo formar um leitor ativo, considere os recursos técnicos e cognitivos que podem ser desenvolvidos por meio da leitura compartilhada. Lendo, comentando e conversando sobre a leitura, numa verdadeira interação em torno dos problemas de compreensão e interpretação colocados pelo texto, esses procedimentos vão sendo explicados, exemplificados e exercitados conforme a necessidade dos leitores. A leitura não se esgota no momento em que se lê, mas expande-se por todo o processo de compreensão que antecede o texto, explora-lhe as possibilidades e prolonga-lhe o funcionamento para depois da leitura propriamente dita, invadindo a vida e o convívio com o outro.

Há procedimentos específicos de seleção e hierarquização da informação, como: observar títulos e subtítulos; analisar ilustrações; reconhecer elementos paratextuais importantes; reconhecer e sublinhar palavras-chave; identificar e sublinhar ou marcar na margem fragmentos significativos; relacionar e integrar, sempre que possível, esses fragmentos a outros; decidir se deve consultar o glossário ou o dicionário ou adiar temporariamente a dúvida para esclarecimento no contexto: tomar notas sintéticas de acordo com os objetivos. Há também procedimentos de clarificação e simplificação das idéias do texto, como: construir paráfrases mentais ou orais de fragmentos complexos; substituir itens lexicais complexos por sinônimos familiares; reconhecer relações lexicais/morfológicas/sintáticas. Utilizamos ainda procedimentos de detecção de coerência textual, tais como: identificar o gênero ou a macroestrutura do texto; ativar e usar conhecimentos prévios sobre o tema; usar conhecimentos prévios extratextuais, pragmáticos e da estrutura do gênero. Um leitor maduro usa também, frequentemente, procedimentos de controle e monitoramento da cognição: planejar objetivos pessoais significativos para a leitura; controlar a atenção voluntária sobre o objetivo; controlar a consciência constante sobre a atividade mental; controlar o trajeto, o ritmo e a velocidade de leitura de acordo com os objetivos estabelecidos; detectar erros no processo de decodificação e interpretação; segmentar as unidades de significado; associar as unidades menores de significado a unidades maiores; auto-avaliar continuamente o desempenho da atividade; aceitar e tolerar temporariamente uma compreensão desfocada até que a própria leitura desfaça a sensação de desconforto. Alguns desses procedimentos são utilizados pelo leitor na primeira leitura, outros na releitura, e alguns são conco-mitantes a outros, constituindo uma atividade cognitiva complexa que não obedece a uma següência rígida de passos, mas que é guiada tanto pela construção do próprio texto como pelos interesses, objetivos e intenções do leitor.

Como são interiorizados e automatizados pelo uso consciente e freqüente, e já que são apenas meios e não fins em si mesmo, nem sempre esses procedimentos estão muito claros ou conscientes para quem os utiliza na leitura cotidiana. Mas, para o professor, eles devem ser cada vez

mais evidentes, tanto para si mesmo, na condição de leitor, como para fundamentar suas opções metodológicas conscientes no que se refere à leitura de seus alunos. As atividades a serem propostas na escola com o objetivo de desenvolver procedimentos eficazes de leitura precisam aproximar-se o máximo possível da forma como funciona a leitura na vida diária, de maneira que venham a estimular o uso imediato e a autoconfiança do leitor.

Além de todas as iniciativas práticas que vão desde a formação de um acervo e a criação de oportunidades de leitura e de expressão das interpretações e emoções, até o acompanhamento dessas leituras, o educador pode atuar como um interlocutor privilegiado, um parceiro mais próximo, um

companheiro de caminhada. Mas não como doador de um bem previamente estabelecido, como o dono do significado, como o que detém a leitura correta, como o único que sabe ler, uma vez que cada indivíduo constrói a sua própria trajetória pessoal de leitura, que é outra, diversa da do professor. Esse guia apenas estimula, orienta, apóia e facilita a superação dos obstáculos que, muitas vezes, desencorajam o leitor iniciante e podem desviá-lo para um ciclo de fracassos sucessivos que, certamente, virá a condená-lo à aridez do silêncio e da mudez. Contribuir para a construção de leitores seguros, confiantes, competentes e autônomos é contribuir para a democratização do acesso a um dos instrumentos essenciais para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAMBERGER, R. Como incentivar o hábito da leitura. São Paulo: Cultrix, 1975.

DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GARCEZ, Lucília. A escrita e o outro. Brasília: Ed. UnB, 1998.

KOHAN, Walter; LEAL, Bernardina (Org.). *Filosofia para crianças em debate*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.

PENNAC, Daniel. Como um romance. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. Pensamento e linguagem. Lisboa: Antídoto, 1979.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. Porto Alegre: Global, 1981.

_____. *Leitura em crise na escola*: alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Lucília Garcez, doutora em Lingüística Aplicada ao Ensino da Língua Materna pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é escritora e professora aposentada do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB).



Abstract

The present debate concerning reading stimulates and demands a more profound reflection, with bases in all that is known about the process of reading and comprehending. The democratization programs of reading, being them official or not, must qualitatively intensify their performance in order to face the immediate appeal of a world even more seduced by image and by fast communication, and, at the same time, they must quantitatively extend the efforts to include more and more parcels of the population. In this sense, sometimes discontinuous and full of obstacles, any initiative towards stimulating reading must involve several agents and different social segments: families, schools, teachers, librarians, specialists, researchers, editors, authors, media, governmental and non-governmental institutions. If we want to socialize the right to learn how to read, not only as a correspondence between sounds and letters, but as real knowledge, interpreting and comprehending the world and the human being, it is of absolute importance a continuous, intense and harmonious articulation among these actors.

Keywords: formation of readers; reading procedures; education; teaching.